



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Estado do Espírito Santo

punição à empresa requerida, pela desídia, pela falta de responsabilidade de modo que seja coibido tal atitude por parte da requerida.

O Des. Pinheiro Lago, na ocasião do julgamento da apelação Cível n. 90.681/8, no TJMG, com muita propriedade asseverou em seu voto que "não se pode perder de vista que o ressarcimento por dano moral não objetiva somente compensar à pessoa ofendida o sofrimento que experimentou pelo comportamento do outro, mas também, sobre outra ótica, punir o infrator, através da imposição de sanção de natureza econômica, em benefício da vítima, pela ofensa à ordem jurídica alheia."

2.2 – Da antecipação dos efeitos da tutela:

Requer, com amparo no art. 273 do Código de Processo Civil, considerando-se os fatos aqui narrados, o prejuízo já experimentado pela requerente e a conduta da empresa requerida, que seja procedido o bloqueio de valores (dinheiro) em conta corrente e ou aplicações financeiras da empresa requerida, mantendo os valores depositados judicialmente até final decisão, para evitar dano de difícil reparação, **evidenciando-se a conduta dos proprietários da empresa requerida que "saltam-se aos olhos" a má fé, sem contar que os valores recebidos tratam-se de patrimônio público e não particular, que sabedores do ajuizamento desta ação podem usar de meio imorais para evitar uma efetiva prestação jurisdicional, que sabemos nós operadores de direito existe.**

Uma vez concedido o presente pedido, que aqui ao se proferir sentença de mérito, que se confirmem os efeitos da tutela antecipada, na forma e para os fins de direito. LUIZ GUILHERME MARIONI, Manual do Processo de Conhecimento. Ed. RT, 2004, p. 234, escreveu a respeito:

Signar Miertschink
Contador da Câmara
CRC-ES 4972/0-7 - Mat. 002/00

Rosa Elena Krause Berger
Advogada da Câmara
OAB 7799 - Mat. 003/00

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original
Santa Maria de Jetibá ES 22/01/2013
Secretaria (a)